

Documentação

SOCIOAMBIENTAL

Fonte: *GM (Rede Gazeta do Brasil)*

Data: 4-6-7/2003 Pg. B14

Class.: 64

 **CENTRO-OESTE**

TOCANTINS

Extrativismo requer políticas públicas

Mapeamento identificou a apicultura, artesanato, babaçu e pesca como os arranjos produtivos de maior expressão

Ivone P. Motta de Palmas

Um mapeamento sobre as características do extrativismo no Tocantins realizado pelo Instituto Sociedade, População e Natureza para o Ministério do Meio Ambiente poderá resultar em políticas públicas mais favoráveis a esse segmento. O trabalho de campo desenvolvido em sete pólos, formados por 39 municípios, identificou a apicultura, o artesanato, o babaçu, os frutos de cerrado e a pesca artesanal como os arranjos produtivos de maior expressão.

O trabalho identificou que não faltam recursos naturais, nem comprador para os produtos, mas organização da produção que envolve escala, logística, infraestrutura, controle de qualidade, divisão dos benefícios e outros. Por sua natureza, o extrativismo só funciona em sistemas de produção familiares diversificados, incluindo a agropecuária, e com manejo de processos naturais.

Quando se fala em extrativismo no Tocantins, a primeira imagem que surge é a da exploração do coco babaçu pelas quebradeiras de coco, de comunidades tradicionais que vivem no Extremo Norte do estado. Esse grupo tem em Raimunda Gomes da Silva, a dona Raimunda, premiada internacionalmente, a sua liderança mais expressiva. Atualmente ela ocupa a

coordenação geral da Secretaria da Mulher Trabalhadora Extrativista, instância do Conselho Nacional dos Seringueiros, que tem atuação em oito estados da Amazônia.

Regularização das reservas

No momento, umas das principais bandeiras de dona Raimunda é a regularização das reservas extrativistas Mata Grande, no Maranhão, e Extremo Norte, que abrangem 9,2 mil hectares nos municípios de Sampaio, Augustinópolis e Carasco Bonito, no Tocantins. Essas reservas foram criadas em 1992, no governo Fernando Collor de Melo, mas até hoje não foram demarcadas e os proprietários não foram indenizados.

As quebradeiras de coco tomam como base a reserva Ciriaco, no Maranhão, onde as famílias ficaram com a estrutura das antigas fazendas e desenvolvem vários produtos desta matéria-prima farta na região, como o óleo, artesanato e carvão.

Dona Raimunda, que mora no município de São Miguel do Tocantins, também luta pela lei do babaçu livre, para garantir o acesso quebradeiras às fazendas particulares, evitando, assim, os atuais conflitos fundiários na região. Ela diz que uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas quebradeiras é o fato de o extrativismo não ser uma atividade reconhecida pelas autoridades, apesar da sustentabilidade.

As organizações das quebradeiras

de coco estimam que cerca de 300 mil famílias espalhadas pelos estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí vivem da coleta extrativista. Dona Raimunda ressalta que ninguém vive só do extrativismo, pois a atividade tem safra e entressafra. Por isso, as famílias que possuem algum pedaço de terra desenvolvem alguma atividade agropecuária de subsistência. Ela diz acreditar que com a regulamentação da reserva outras culturas poderão ser plantadas, consorciadas com as palmeiras de babaçu.

Indústrias saboeiras

Do babaçu é possível extrair pelo menos 40 produtos como sabonete, sabão, mesocarpo, leite de coco, carvão e amido. Atualmente, as quebradeiras de coco do Maranhão e da região conhecida como Bico do Papagaio, no Extremo Norte do Tocantins, abastecem indústrias saboeiras de Imperatriz. Elas vendem a amêndoa a R\$ 0,50 o litro e produzem carvão para uso próprio na cozinha. Também extraem o óleo utilizando técnica artesanal, vendido a R\$ 4 o litro.

Do coco também fazem colares e anéis. Quando utilizado para fazer artesanato, um único coco pode render até R\$ 20. As quebradeiras estão organizadas em pequenos grupos e cada uma desenvolve um subproduto a fim de que todas participem dos dividendos que essa palmeira típica e

abundante na região pode render.

Dona Raimunda diz que, se as autoridades entendessem a importância dessas reservas extrativistas, não haveria necessidade de cesta básica para a população pobre que depende da coleta do coco para sobreviver. Ela pretende ter uma audiência com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para pedir estrada, energia nas comunidades tradicionais, ensino de boa qualidade, saúde e espaço para trabalhar. "O extrativismo garante renda para a população pobre e fixa o homem no campo, evitando o inchaço nas cidades", justifica.

O Banco da Amazônia, por meio do Fundo de Financiamento Constitucional do Norte (FNO), possui uma linha de crédito voltada às atividades extrativistas, o Prodex, que em seis anos aplicou somente R\$ 20 milhões em projetos da Amazônia. Os estados mais beneficiados, por estarem mais organizados, são o Acre e o Pará. O Tocantins recebeu menos de 1% desse montante.

Assistência técnica

Para Augusto Santiago, coordenador técnico do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo do MMA, a maior dificuldade deste segmento é a falta de assistência técnica especializada para trabalhar produtos diferenciados. Ele observa que o extrativismo é visto como a melhor forma de se preservar o meio ambiente, uma vez que quem depende dele sabe usar os recursos sabiamente, sem destruí-lo. "Agora que as potencialidades e as necessidades foram medidas, torna-se mais fácil buscar apoio para esta atividade", afirma Santiago.

Quebradeiras de coco querem regularização de reservas extrativistas

Faltam organização, logística e controle de qualidade no estado